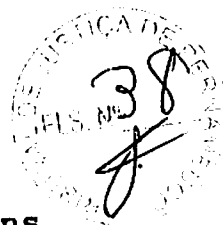




TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0204843-5 – Vara Criminal de Serra Talhada-PE

Impetrante: Paulo Fernando de Moura Barros Filho
Paciente: Jesus Alves de Lima
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

072

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. LIBERDADE PROVISÓRIA. INADMISSIBILIDADE. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Inexiste excesso de prazo porquanto a instrução criminal encontra-se encerrada, ficando superada a alegativa de constrangimento ilegal por dilação injustificada, nos termos da súmula nº52 do STJ.
2. Tratando-se de acusação pelo crime de tráfico de drogas, é vedada a concessão de liberdade provisória, por força do art. 44, da Lei nº 11.343/06, que está em vigor em razão do princípio da especialidade, devendo ser mantida a medida restritiva de liberdade.
3. Condições pessoais favoráveis e o princípio da presunção de inocência não são garantidores do direito à liberdade provisória, se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos autorizadores da segregação.
4. *Habeas Corpus* denegado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0204843-5, da Vara Criminal da Comarca de Serra Talhada, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 21/2/2010, denegar a ordem, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 2 de fevereiro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins.
Presidente e Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

39
J

Habeas Corpus n.º 0204843-5 – Vara Criminal de Serra Talhada-PE

Impetrante: Paulo Fernando de Moura Barros Filho
Paciente: Jesus Alves de Lima
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

073

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Paulo Fernando de Moura Barros Filho, por meio da atrel de fls. 02 a 17, em prol de Jesus Alves de Lima, preso em flagrante e denunciado pela prática do delito previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara Criminal de Serra Talhada.

Aduz que é desnecessária a manutenção da prisão do paciente, sendo o mesmo primário, com residência fixa, profissão lícita, definida, e com bons antecedentes sociais, não havendo notícia de que esteja ameaçando a ordem pública, já tendo sido atendida a aplicação da lei penal. Afirma, que há excesso de prazo, encontrando-se o paciente preso há 01(um) ano e 05 (cinco) meses, sem que a instrução tenha sido encerrada, devendo prevalecer o princípio da presunção de inocência.

Por fim, afirma que, em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, o Min. Celso de Mello, concedeu *habeas corpus* liberatório em crime previsto na Lei nº 11.343/2006, tendo os Tribunais superiores demonstrado que a proibição de liberdade provisória é inconstitucional.

Indeferida a postulação de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 29 a 30, esclarecendo que o paciente foi preso em flagrante em 04/07/2009, encontrando-se preso há apenas 06 (seis) meses. Aduz que, formulado o pedido de liberdade provisória em 13/07/2009, o Ministério Público manifestou-se desfavorável ao mesmo, oferecendo denúncia em 03/08/2009, tendo o pedido de liberdade sido negado em 04/09/2009.

Afirma que, em 06/10/2009, foi juntado laudo pericial conclusivo de que o material periciado se trata de cannabis sativa linné (maconha), tendo o paciente apresentado defesa prévia em 13/10/2009, recebendo-se a denúncia em 16/10/2009, e interrogado o mesmo em 27/11/2009, ocasião em que foi aberta vistas às partes para apresentarem alegações finais. Por fim, asseve que o Órgão Ministerial apresentou suas alegações finais em 03/12/2009, tendo a defesa impetrado o presente *writ* em 15/12/2009.

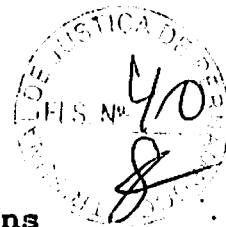
A Procuradoria de Justiça, através do Parecer de fls. 33 a 34, opina pela denegação da ordem, entendendo que finda a instrução criminal resta superada a alegação de excesso de prazo, que os atributos pessoais favoráveis não são suficientes à concessão da liberdade provisória ao réu, e que esta Corte e os Tribunais Superiores têm entendido a necessidade de se manter a custódia nos casos de tráfico de entorpecentes, independentemente de o acusado possuir pressupostos autorizadores da liberdade provisória.

É o relatório.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0204843-5 – Vara Criminal de Serra Talhada-PE

074

Impetrante: Paulo Fernando de Moura Barros Filho
Paciente: Jesus Alves de Lima
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores, Sr(a) Procurador(a) de Justiça.

Como visto no relatório, o presente *writ* foi impetrado em favor de Jesus Alves de Lima, preso em flagrante pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006.

O impetrante deste *Habeas Corpus*, inconformado com a medida restritiva de liberdade, aduz, em síntese, que há excesso de prazo na prisão, e que se mostra cabível a concessão da liberdade provisória no caso, tendo o paciente atributos pessoais favoráveis, não se mostrando necessária a prisão como garantia da ordem pública ou aplicação da lei penal.

Pois bem.

No que se refere ao excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, cumpre observar que, segundo as informações prestadas pelo MM. Juiz *a quo*, às fls. 29/30, o paciente somente foi preso em flagrante em 04/07/2009, não procedendo a algação de que se encontra preso há mais de 01 (um) ano.

Observa-se, ainda, da análise das informações acostadas, que a instrução criminal foi concluída, encontrando-se o processo apenas aguardando a apresentação de razões finais pela defesa.

Desse modo, não subsiste a alegação de excesso de prazo, porquanto já encerrada a instrução criminal, nos termos da Súmula nº 52, do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe que “encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo”.

Neste mesmo sentido, cumpre observar o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERNACIONAL DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE. AÇÃO PENAL. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS. CRITÉRIO DA RAZOABILIDADE. INSTRUÇÃO CRIMINAL FINDA. APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS DEFENSIVOS. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO NÃO VERIFICADA.

1. Os prazos para a conclusão da instrução criminal não são peremptórios, podendo ser dilatados diante das peculiaridades do caso concreto, como a necessidade de expedição de cartas precatórias para a realização dos atos instrutórios.

2. Além de a suposta demora, oriunda das características ínsitas à ação penal, não extrapolar os limites da razoabilidade, constata-se estar encerrada a formação da culpa, já tendo a defesa do paciente apresentado suas alegações finais. Inteligência do enunciado sumular n. 52, desta Corte Superior.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0204843-5 – Vara Criminal de Serra Talhada-PE

075

3. Ordem denegada. (STJ, Habeas Corpus nº 112017/MT, 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, j. 04.11.2008).

Ademais, o prazo para a conclusão da instrução criminal não pode resultar de mera soma aritmética, exigindo um juízo de razoabilidade para definição de eventual excesso, afastando-se o rigorismo hermenêutico que vem sendo adotado na sua contagem.

Outrossim, prescindível a discussão acerca dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ante o não cabimento da liberdade provisória no presente caso, cuja vedação encontra-se prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/2006, abaixo transcrito.

“Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos”

Não procede o entendimento de que o dispositivo legal supracitado foi afastado pelo art. 1º, da Lei nº 11.464/07. Ocorre, em verdade, um conflito entre uma lei geral (porque dispõe para todos os crimes hediondos e equiparados) e posterior, com o art. 44 da Lei nº 11.343/06, lei especial (que dispõe sobre o crime de tráfico de entorpecentes especificamente) e anterior, ambas leis de mesma hierarquia.

Assim, ante a existência de diversos critérios aos quais o aplicador deverá recorrer para solucionar tal conflito, prepondera o entendimento de que deve ser aplicado o critério da especialidade, sobrepondo-se ao critério cronológico.

Desse modo, nos crimes de tráfico de drogas, mormente se praticados após a vigência da Lei nº 11.343/2006, é proibida a concessão de liberdade provisória, razão pela qual o seu indeferimento não exige fundamentação concreta.

Ressalte-se que a vedação constitucional dirige-se à concessão de liberdade provisória ao réu preso em flagrante, de modo que, se se tratasse de prisão preventiva, aí sim seria exigida fundamentação idônea, nos termos do artigo 312, do Código de Processo Penal.

Este entendimento foi esposado pela Eminentíssima Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, consoante se observa da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. 1. PRISÃO EM FLAGRANTE POR TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA: INADMISSIBILIDADE. 2. PEDIDO FORMULADO PARA QUE OS PACIENTES TENHAM O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE: IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE ASSENTOU ESTAREM PRESENTES, NO CASO, OS PRESSUPOSTOS PARA DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. 1. A proibição de liberdade provisória, nos casos de crimes hediondos e equiparados, decorre da própria inafiançabilidade imposta pela Constituição da República à legislação ordinária (Constituição da República, art. 5º, inc. XLIII); Precedentes. O art. 2º, inc. II, da Lei n. 8.072/90 atendeu o comando constitucional, ao considerar inafiançáveis os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos. Inconstitucional seria a legislação ordinária que dispusesse diversamente, tendo como afiançáveis delitos que a Constituição da República determina sejam inafiançáveis. Desnecessidade de se reconhecer a inconstitucionalidade da Lei n. 11.464/07, que, ao retirar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0204843-5 – Vara Criminal de Serra Talhada-PE

076

expressão 'e liberdade provisória' do art. 2º, inc. II, da Lei n. 8.072/90, limitou-se a uma alteração textual: a proibição da liberdade provisória decorre da vedação da fiança, não da expressão suprimida, a qual, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, constituía redundância. Mera alteração textual, sem modificação da norma proibitiva de concessão da liberdade provisória aos crimes hediondos e equiparados, que continua vedada aos presos em flagrante por quaisquer daqueles delitos. 2. A Lei n. 11.464/07 não poderia alcançar o delito de tráfico de drogas, cuja disciplina já constava de lei especial (Lei n. 11.343/06, art. 44, caput), aplicável ao caso vertente. 3. Irrelevância da existência, ou não, de fundamentação cautelar para a prisão em flagrante por crimes hediondos ou equiparados: Precedentes. 4. Sentença condenatória que assentou a existência dos pressupostos para a decretação da prisão cautelar. Não há falar, no caso, na possibilidade de os Pacientes recorrerem em liberdade. 5. Impossibilidade de execução provisória da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos decorrente de sentença penal condenatória, ressalvada a decretação de prisão cautelar nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 6. Ordem denegada. (HC 97883, Rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, j. em 23/06/2009)

A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça também perfilha o mesmo entendimento:

HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. APELO EM LIBERDADE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NA LEI N.º 11.343/2006. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR O INDEFERIMENTO DO PLEITO.

I. Na linha do entendimento desta Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais. (...) (STF, HC 89.824/MS, 1ª Turma, Rel. Min. Carlos Britto, DJ de 28/08/08.) 3. Ordem denegada. (HC 146.023/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, j. em 13/10/2009)

De igual forma é a jurisprudência deste Tribunal de Justiça:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. ARTS. 33 E 35, C/C ART. 40, III. TODOS DA LEI 11.343/06. ALEGAÇÃO DE SER A PACIENTE USUÁRIA. EXAME APROFUNDADO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL. OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. QUESTÃO PREJUDICADA. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. ART. 44, LEI 11.343/06. PRIMARIEDADE. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. (...) III- Agente preso em flagrante delito como incurso nas sanções do art. 33, da Lei 11.343/06 não faz jus ao benefício da liberdade provisória, ante a vedação legal prevista no art. 44, da norma

